



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 029/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 276/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE MAMOGRAFIA DIGITAL.

**CREDENCIAMENTO, ENTREGA DOS ENVELOPES/ABERTURA:
DIA 16 DE JULHO DE 2018, ÀS 16:00 HORAS**



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1. PREÂMBULO

1.1. O Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura de Paraíso do Tocantins, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **Pregão Presencial para registro de preço, tipo menor preço por item**, em sessão pública, na data e horário descrito nas fls. 01, no endereço: Avenida Transbrasiliana nº. 335, Centro, CEP: 77.600-000, Paraíso do Tocantins-TO, fone: (63) 3602-2780/9942-8811.

1.2. Esta licitação será regida pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiada pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, regulamentado pelo Decreto Municipal nº. 389 de 19 de junho de 2009, Decreto Municipal nº 260/2016 e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no presente edital e seus anexos. Este pregão será conduzido pela Pregoeira e respectiva Equipe de Apoio.

1.3. Após o horário designado (fls. 01), não será aceita a participação de empresas retardatárias.

1.4. Fazem parte integrante deste edital:

Anexo I - Modelo de comprovante de recibo de Edital;

Anexo II - Termo de Referência;

Anexo III – DECLARAÇÃO CONJUNTA de: 1º- que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal; e, inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação, em cumprimento do disposto no art. 30, III da Lei nº 8.666/93; 2º- Que não emprega Menor de Idade; e 3º- Conhecimento e aceitação do inteiro teor do edital;

Anexo IV - Declaração de ciência de cumprimento dos requisitos de habilitação;

Anexo V - Declaração de licitante brasileira;

Anexo VI - Declaração de licitante brasileira ser representante de empresa estrangeira;

Anexo VII - Modelo da Proposta de Preços;

Anexo VIII – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo IX- Minuta do Contrato

2. OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para **AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE MAMOGRAFIA DIGITAL**, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no termo de Referência anexo I e neste Edital.

2.2. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VIII e demais disposições fixadas neste Edital e seus anexos.

2.3. A Ata de Registro de Preços é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no Edital e seus anexos e Propostas de Preços apresentadas pelas proponentes/licitantes.

2.4. A Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura de Paraíso do Tocantins será o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para Registro de Preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente. O Gestor responsável em gerir a Ata de Registro de Preços será a Presidente da Comissão Permanente de Licitações, com assessoramento que a mesma considerar pertinente.

2.5. A existência de preços registrados não obriga o solicitante a firmar as contratações que deles poderão advir ficando facultada a ele a utilização de outros meios previstos na Lei nº 8.666/1993. O beneficiário do registro de preços, em igualdade de condições, tem direito à



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

preferência para a contratação, dentro dos limites previstos, do prazo de validade estabelecido e das condições da proposta.

3. DA ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. Conforme Termo de Referência - Anexo II deste edital.

4. JUSTIFICATIVA

4.1. A aquisição é viável e pode ser considerada da maior conveniência, visto que, o Fundo Municipal de Saúde de Paraíso do Tocantins - TO, para otimizar seu atendimento necessita de tal equipamento evitando a necessidade de deslocamento a outros Municípios;

4.2. Com a aquisição do mamógrafo, o Fundo Municipal de Saúde de Paraíso do Tocantins – TO, ofertará às mulheres a oportunidade de realizar exames de mamografia em sua cidade, eliminando a necessidade de deslocamento para outras cidades como Palmas – TO, Porto Nacional – TO e Araguaína – TO, e aumentando o acesso a este exame tão importante para a saúde da mulher;

4.3. O Município de Paraíso do Tocantins - TO está situado na [Região Norte do Brasil](#), ou seja, região 1. Situada no [Vale do Araguaia](#), Macro região 19, micro região 104, estando a 63 km de [Palmas](#) capital do Estado do Tocantins e a 798 km de [Goiânia-GO](#). Paraíso do Tocantins está às margens de um dos quatro mais importantes modais rodoviários do Brasil que é a BR-153 (Belém-Brasília), com mais de 4.500 km de extensão, atualmente a população é de 49 076 habitantes, segundo estimativa do IBGE para o ano de 2015;

4.4. Na cidade, existe um centro de especialidade “POLICLINICA PORTE 1” administrado pela Prefeitura através do Fundo Municipal de Saúde, com muito trabalho e dedicação, pois nos deparamos diariamente com problemas provenientes pela falta de equipamentos hospitalares, além das dificuldades financeiras. Objetivando oferecer aos usuários melhor atendimento, faz-se necessário equipar esta unidade de saúde e no momento, diante da importância em se fazer saúde com prevenção, estamos solicitando um novo mamógrafo, para ser operado junto a “POLICLINICA”.

4.5. A aquisição do mamógrafo irá contemplar ações incluídas no Projeto Social de Fortalecimento à Saúde da Mulher criado/elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo realizar/efetivar o rastreamento do câncer de mama em mulheres de 50 à 69 anos, de acordo com o SISCAM – Sistema de Informação do Câncer da Mulher, considerando que o câncer de mama é o mais comum entre as mulheres no mundo e no Brasil, respondendo por cerca de 28% dos casos novos a cada ano, que é relativamente raro antes dos 35 anos, acima desta idade sua incidência cresce progressivamente, especialmente após os 50 anos; Estatísticas indicam aumento da sua incidência tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento. Estima que até o final do ano de 2018, serão 59.700 novos casos de câncer de mama, de acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA) e até o ano de 2013, já ocorreram 14.388 casos de mortes de acordo com Sistema de Informação de Mortalidade (SIM).

4.6. Na oportunidade visando o atendimento de qualidade prestado aos usuários do SUS e a oferta de exames/procedimentos de extrema relevância o qual o município de Paraíso do Tocantins – TO e referência para exames de mamografia em 9 (nove) municípios (Barrolândia – TO, Caseara – TO, Cristalândia – TO, Divinópolis do Tocantins – TO, Marianópolis – TO, Nova Rosalândia – TO, Paraíso do Tocantins – TO, Pium – TO e Pugmil – TO), que compõe a região de saúde do Cantão, e que possui como população de 50 a 69 anos um total estimado de mais de 5.694 (cinco mil seiscentos e noventa e quatro) de acordo com os dados do Departamento de Informática do SUS – DATASUS;



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

4.7. Diante da importância e da necessidade de poder contar com este equipamento, disponibilizando os serviços aos usuários sem ter que se deslocar, em especial as cidades acima citados, inclusive gerando economias aos cofres públicos.

5. FUNDAMENTAÇÃO

5.1. Conforme Termo de Referência - Anexo II deste edital.

6. DO LOCAL E CONDIÇÃO DE ENTREGA

6.1. Conforme Termo de Referência- Anexo II deste edital.

7. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Conforme Termo de Referência- Anexo II deste edital.

8. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1. Conforme Termo de Referência- Anexo II deste edital.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. Conforme Termo de Referência- Anexo II deste edital.

10. DO PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

10.1. Conforme Termo de Referência- Anexo II deste edital.

11. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. Conforme Termo de Referência- Anexo II deste edital.

12. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

12.1. Conforme Termo de Referência- Anexo II deste edital.

13. DO REAJUSTE

13.1. Conforme Termo de Referência- Anexo II deste edital.

14. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Conforme Termo de Referência- Anexo II deste edital.

15. DAS PENALIDADES

15.1. Conforme Termo de Referência- Anexo II deste edital.

16. DO FORO

16.1. Conforme Termo de Referência- Anexo II deste edital.

17. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

17.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação.

17.2. Não poderão participar os interessados que se encontrarem sobre falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, Estadual e/ou Federal, bem como servidores, dirigentes de órgãos, entidade contratante ou responsável pela licitação.



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

18. DO CREDENCIAMENTO

18.1. No dia, horário e local designados para recebimento dos envelopes, a licitante deverá apresentar um representante para credenciamento, sendo recomendável sua presença com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a sua abertura da seguinte forma:

18.1.1. Se por seu titular, diretor, sócio ou gerente, munido de cópia do estatuto ou **contrato social** em vigor; bem como alterações subseqüentes devidamente registradas ou última alteração consolidada; e em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores ou instrumento que lhe confira poderes expressos para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devendo identificar-se, exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

18.1.2. Se por outra pessoa, devidamente munida por instrumento público ou particular de procuração, com poderes para praticar todos os atos pertinentes ao certame em nome da representada, bem como poderes para dar lances e/ou baixar preços, devendo identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente, bem como cópia do ato constitutivo, estatuto ou **contrato social** em vigor, bem como alterações subseqüentes devidamente registradas ou última alteração consolidada, e em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

18.2. É admitido somente um representante da licitante, vedado o mesmo representante para mais de uma empresa.

18.3. Todas as licitantes deverão apresentar perante a Equipe de Apoio, antes da entrega dos envelopes, a **Declaração de Habilitação (conforme modelo do Anexo IV)**.

18.4. A **Microempresa** ou **Empresa de Pequeno Porte**, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação do comprovante obtido através do site da Secretaria da Receita Federal <http://www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional> (Link: consulta optantes) e/ou declaração de enquadramento e/ou Certidão simplificada registrado na Junta Comercial (JUCETINS). A não apresentação dessa declaração antes da entrega e abertura dos envelopes implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, esse tratamento diferenciado e favorecido neste certame.

18.5. Somente os Proponentes/licitantes devidamente credenciados terão poderes para formular verbalmente, na sessão, novas propostas e lances de preços, manifestarem após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões da Pregoeira, assinar a ata, onde estarão registrados todos os atos relevantes da sessão, e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, em nome da Proponente.

18.6. A Licitante que se retirar antes do término da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos da Pregoeira.

18.7. Quando a licitante não credenciar um representante, ficará excluída da etapa de lances verbais e mantido o seu preço, constante da proposta escrita, para efeito de ordenação e apuração do menor preço.

18.8. Declarado encerrado o procedimento de credenciamento, não mais será admitida a participação de outras licitantes.

19. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

19.1. As proponentes / licitantes deverão entregar dois envelopes, devidamente fechados, com os seguintes dizeres na parte externa e frontal:



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ENVELOPE 01: PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 029/2018
PROCESSO nº 276/2018
RAZÃO SOCIAL
CNPJ
ENDEREÇO
TELEFONE

ENVELOPE 02: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 029/2018
PROCESSO nº 276/2018
RAZÃO SOCIAL
CNPJ
ENDEREÇO
TELEFONE

19.2. A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES não se responsabilizará por envelopes de “Proposta de Preços” e “Documentação” que não sejam entregues à Pregoeira, no local, data e horário definidos.

20. DO ENVELOPE 01- “DA PROPOSTA DE PREÇOS”

20.1. Os licitantes devem levar em consideração na elaboração de sua proposta de preços, que a entrega do objeto desta licitação estará condicionada a “**Nota de Empenho**” do **Fundo Municipal de Saúde**, sendo que para isso a licitante é a responsável única por todas as despesas de transporte, tributos e quaisquer outras que recaírem sobre o objeto, inclusive as posteriores advindos da entrega.

20.2. A proposta, conforme modelo do **Anexo VII**, deverá ser redigida em 01(uma) via, em papel timbrado ou editorado por computador, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, com exata compreensão do seu conteúdo, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal da Proponente, **e conter:**

20.2.1. Descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da procedência (nacional ou estrangeira), marca e modelo do produto, em conformidade com as especificações técnicas do ANEXO II, e demais especificações que permitam aferir com precisão ao solicitado no edital; **bem como outras informações complementares quanto à:**

20.2.2. Estrutura, acabamento, componentes, dimensões, acessórios imprescindíveis e outros considerados necessários, quando for o caso;

20.2.3. Metodologia proposta e infra-estruturas disponíveis para a prestação de serviços de assistência técnica do equipamento, **bem como treinamento operacional dos mesmos.**

20.2.4. Quantidade, **valor unitário e total;**

20.3. A proposta deverá ser apresentada, com preços expressos em moeda corrente nacional, **utilizando apenas duas casas decimais após a vírgula** (Lei Federal nº. 9.069/95), discriminada por **Item**, em algarismo (unitário e total). No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como, fretes,



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

impostos, taxas, encargos enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado inclusive o decorrente de troca do objeto dentro do prazo de garantia.

20.4. Indicar na proposta a **Razão Social da Proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail)**, mencionando opcionalmente o Banco, número da Conta Corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame.

20.5. Indicar **o prazo de validade da proposta, que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias**, a contar da data marcada para abertura da sessão.

20.6. Indicar na proposta o prazo **de entrega do objeto, que deverá ser de no máximo 30 (trinta) dias úteis**, contados da data do recebimento da Nota de Empenho.

20.7. O(s) adjudicado(s) se obriga(m) a garantir que o(s) objeto licitado(s) será(ao) fornecido(s) de acordo com as especificações definidas na proposta e no Termo de Referência, respeitando o estabelecido no edital e seus anexos e isentos de defeitos de fabricação e quaisquer tipo de avaria.

20.8. Indicação e descrição detalhada da(s) característica(s) técnica(s) do(s) bem(ns) proposto(s) para o(s) respectivo(s) item(ns) que compõe(m) o objeto desta licitação, em conformidade com os requisitos, especificações e condições estipuladas neste Edital, inclusive a entrega e garantia.

20.9. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

20.10. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o produto ser fornecido sem ônus adicionais.

20.11. Verificando-se no curso da análise o descumprimento de qualquer requisito exigido neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

20.12. A Proposta de preços deve conter **rubrica em todas as folhas** do responsável constituído, preferencialmente com **reconhecimento de firma na última página**.

20.13. Deverão ser apresentados juntamente com a proposta os seguintes documentos válidos e em dia:

20.13.1 - Relação das empresas autorizadas a prestar assistência técnica do equipamento ofertado durante o período de garantia (telefone, endereço etc).

20.13.2. Os profissionais da equipe de assistência técnica devem estar devidamente registrados no CREA e deve atender a legislação CONFEA/CREA;

20.13.3 - Declaração de que se compromete a fornecer equipamentos, acessórios, sistemas, partes, peças e outros, que integram o objeto licitado, novos, fabricados com material de alta qualidade, em sua última versão disponível.

20.13.4 - Regularidades do registro do Equipamento e todos os acessórios no Ministério da Saúde e do Certificado de Boas Práticas de Fabricação (BPF), podendo ser do país de origem.

20.13.5 - A comprovação do Registro do Equipamento e todos os Acessórios no Ministério da Saúde, conforme exigido pela na Lei nº 6.360/76, regulamentada pelo Decreto nº 79.094/77 se dará do envio dos originais, do Certificado de Registro do produto cotado publicado no DOU ou emitido pelo sitio oficial da ANVISA. O protocolo do Registro não será aceito como documento válido.

20.13.6. Catálogo e Manual de Operação do equipamento, em língua portuguesa, contendo imagem e todas as especificações técnicas detalhadas do equipamento ofertado;



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

20.14. Em caso de erro de digitação no texto da proposta que não inviabilize o documento, será aceito pela Presidente da Comissão e sua equipe de apoio, após analisado o referido erro, e corrigido a caneta no momento da sessão.

20.15 - O preço ofertado permanecerá fixo e irremovível.

21. DO ENVELOPE 02, “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

21.1. As licitantes, **inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte** deverão apresentar dentro do Envelope 2, a seguinte documentação, sob pena de inabilitação:

21.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social** em vigor e/ou última alteração consolidada devidamente registrada, ou cópia do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) (**quando for o caso**) e em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ/MF**);
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) **Alvará de localização e funcionamento da empresa participante**, fornecido pelo órgão competente da Administração Pública Municipal.
- f) **Licença Sanitária** (Alvará Sanitário ou equivalente), emitida pela Vigilância Sanitária (estadual ou Municipal, conforme o caso);

21.1.1.1. Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 21.1.1, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento.

21.1.1.2. DECLARAÇÃO CONJUNTA, conforme Anexo III deste Edital;

21.1.2. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal** (quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - Certidão Conjunta Negativa), **Estadual e Municipal**, sendo a última do domicílio ou sede da licitante;
- b) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**).
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas- **CNDT**.

21.1.3. RELATIVO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de, no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à publicação do primeiro aviso desta licitação, exceto se houver prazo de validade fixada na respectiva certidão. .
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, registrado na Junta Comercial do Estado que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, com capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 5% do valor estimado a ser contratado.

21.2. RELATIVO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

a) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa Proponente, que comprove ter o licitante executado/fornecido de maneira satisfatória objeto compatível em características com o licitado.

21.3 - A licitante brasileira que ofertar produto importado comercializado no mercado interno, além da documentação relacionada, deverá apresentar **DECLARAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA**, que prestará assistência técnica durante o período da garantia do equipamento e treinará servidores para operacionalizar o equipamento, **ANEXO V**.

21.4 - A licitante brasileira representante de empresa estrangeira deverá apresentar, para fins de habilitação, além da documentação relacionada nos subitens acima, **DECLARAÇÃO DA EMPRESA ESTRANGEIRA** da qual conste sua condição de representante comercial técnico ou filial estabelecida no Brasil, em condições de prestar todos os serviços referentes à instalação, a montagem e treinamento operacional do equipamento, conforme modelo constante do **ANEXO VI**.

21.5. A microempresa e a empresa de pequeno porte, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

21.6. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

21.7. Ocorrendo a situação prevista no item **21.5**, a sessão do pregão será suspensa, podendo a Pregoeira fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

21.8. O benefício de que trata o item **21.5**, não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

21.9. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item **21.5**, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto neste edital.

21.10. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do (a) pregoeiro (a) pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

21.11. Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União, constante do Acórdão n.º 1.793/2011 do Plenário, também serão realizadas consultas: 1) ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - (Ceis) do Portal da Transparência; 2) ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ.

21.12. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, a Pregoeira inabilitará a licitante e examinará as ofertas subseqüentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que a (pregoeira) poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

22. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

22.1. Todos os documentos apresentados deverão ser devidamente atualizados, em cópias autenticadas em cartório competente, em originais ou em cópia acompanhada do original para autenticação pela Comissão Permanente de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DE PARAÍSO DO TOCANTINS, preferencialmente **em até dois dias antes da abertura da sessão.**

22.2. Quando declarações (modelos Anexo III, IV, V e VI), conter preferencialmente reconhecimento de firma da assinatura do responsável constituído, bem como conter preferencialmente carimbo do CNPJ da empresa em todas as páginas;

22.3. Quando Procuração particular, conter obrigatoriamente o reconhecimento de firma em Cartório competente.

22.4. Havendo erro de digitação nos formulários apresentados pelas empresas participantes do certame, que não inviabilize o documento, será analisado pela Presidente da CPL e sua Equipe de Apoio. Sendo constatado que o erro não desclassifica a empresa da participação no certame, o erro será corrigido a caneta e aceito o documento.

23. DA SESSÃO DO PREGÃO

23.1. Estando de posse da relação das Proponentes/licitantes credenciadas, a Pregoeira fará divulgação verbal dos interessados, sendo que somente as Proponentes/licitantes credenciadas poderão ofertar lances durante a sessão do pregão, dando-se início ao recebimento dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”.

23.2. A sessão do Pregão será contínua, podendo ser suspensa para diligências e/ou interrupções que se fizerem necessárias, ficando os proponentes/licitantes convocados para reinício da sessão no dia e horário subsequente determinado na sessão pela Pregoeira.

24. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

24.1. Abertos os envelopes contendo as propostas de preços, será feita a análise de sua conformidade com as exigências do Edital e posterior rubrica da Pregoeira, Equipe de Apoio e proponentes/licitantes;

24.2. Cumprido o Item 24.1, serão desclassificadas as propostas que:

- a)** Forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;
- b)** Que não cumprirem todos os requisitos da Qualificação Técnica;
- c)** Apresentarem preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis, ainda que constatados na fase de lances, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação comprovando que os custos são coerentes com os de mercado;
- d)** Apresentarem proposta alternativa, tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem baseada na proposta das demais Licitantes.

24.3. Para fins de classificação das propostas, será considerado o Menor Preço Por Item;

a) A Pregoeira procederá à classificação da proposta de **menor preço**, e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participarem dos lances verbais;

b) Caso não haja pelo menos três propostas nas condições definidas na **letra “a”** serão classificadas as propostas subsequentes que apresentarem os menores preços por **item**, subsequentes, até o máximo de três, já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos;

c) Na ocorrência de empate dentre as classificadas para participarem dos lances verbais conforme **letra “b”** a ordem de classificação para esses lances será definida através de sorteio, independentemente do número de licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

24.4. Em caso de erro de digitação no texto da proposta que não inviabilize o documento, será aceito pela Presidente da Comissão e sua equipe de apoio, após analisado o referido erro, e corrigido a caneta no momento da sessão.

25. DOS LANCES VERBAIS

25.1. Às proponentes/licitantes proclamadas classificadas, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de menor preço, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor;

25.2. No intuito de dar celeridade aos lances, evitando ser dispêndio de tempo e diálogo protelatório na sessão, todos serão convidados a desligar seus aparelhos celulares no recinto da sessão, cabendo seus lances as anotações próprias;

25.3. A desistência em apresentar lance verbal, por item, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas;

25.4. A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a seqüência dos lances seguintes;

25.5. O lance sempre deverá ser inferior ao anterior ou da proposta de menor preço;

25.6. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades cabíveis;

25.7. Caso não se realizem lances verbais, serão verificadas as conformidades entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que a Pregoeira poderá declarar vencedora e adjudicar o objeto à proponente/licitante vencedora ou encaminhar para decisão superior;

25.8. Caso em que exista apenas uma proposta válida, a Pregoeira poderá negociar diretamente com a proponente/licitante para que seja obtido melhor preço;

25.9. Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pela forma estabelecida no **critério de julgamento**.

26. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

26.1. No critério de julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, e ofertar o **Menor Preço Por Item**;

26.2. A Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito;

26.3. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, será (ao) declarada(s) vencedora(s) a(s) proponente(s) que ofertar (em) o(s) menor (es) preço(s) por item(ns);

26.4. Sendo aceitável (is) a(s) oferta(s), será verificado o atendimento às condições habilitatórias pela Licitante que a tiver formulado;

26.5. Constatado o atendimento pleno às exigências habilitatórias, será adjudicado à(s) proponente(s) vencedora(s) o(s) item (ns) deste Edital pela Pregoeira;

26.6. Se a(s) proponente/licitante(s) não atender (em) às exigências habilitatórias, a Pregoeira negociará diretamente com a segunda proponente/licitante melhor classificada, sendo declarada vencedora e posteriormente examinará o seu envelope "Documentos de Habilitação". Constatando o atendimento pleno às exigências habilitatórias, a ela será adjudicado o objeto deste Pregão;

26.7. O resultado do julgamento das propostas será disponibilizado no placar da Prefeitura de Paraíso do Tocantins, para conhecimento dos interessados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

26.8. A empresa que tiver a sua proposta desclassificada, caso não haja manifestação de recursos, será devolvido seu envelope de documentação, caso contrário, este ficará em poder da Comissão até a decisão do recurso;

26.9. Os envelopes das demais Proponentes ficarão de posse da Administração por um período de (30) trinta dias, que os disponibilizará após o atendimento do objeto. Após esse prazo, caso os referidos envelopes não sejam retirados por seus proprietários, serão incinerados;

26.10. Da reunião, lavrar-se-á a Ata Circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pela pregoeira e a equipe de apoio, e os licitantes presentes, que desejarem fazê-lo;

26.11. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**;

26.12. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço;

26.13. No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no **item 26.12** deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta;

c) Na hipótese da não contratação nos termos previstos na letra “a” acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

d) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta (lance) no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

26.14. O disposto no **item 26.13** e seus subitens, somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio.

27. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

27.1. Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providência e de impugnar o Edital, aquele proponente/licitante que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do Pregão. Cabendo a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, observado o disposto na art. 41 § 2º da Lei Federal nº. 8.666/93.

27.2. Não serão reconhecidos Impugnação do Edital por fax ou e-mail, somente por escrito, em originais protocolados nesta Prefeitura, ou via correio, e dentro dos respectivos prazos legais.

27.3. Acolhida impugnação ao edital que impliquem alteração do mesmo, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame, onde será novamente publicado pelos mesmos meios inicialmente divulgados.

27.4. Os recursos deverão ser dirigidos a Pregoeira, na Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins.

27.5. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste PREGÃO até o trânsito em julgado pertinente a decisão.



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

27.6. Em qualquer ocasião, antecedendo a data de entrega das propostas, a Pregoeira poderá por iniciativa própria ou em consequência de manifestação ou solicitação de esclarecimento das licitantes, realizar modificações nos termos do Edital, que não influenciem na elaboração das propostas de preços. Estas modificações serão feitas mediante emissão de errata, que será comunicada via e-mail, a todas as proponentes que adquiriram o edital via e-mail (cplparaisoto@hotmail.com) (cplparaisoto@gmail.com).

28. DOS RECURSOS

28.1. Declarada(s) a(s) vencedora(s), qualquer proponente/licitante, de imediato e motivadamente, poderá manifestar a intenção de recorrer, que será registrada resumidamente em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais Licitantes desde logo intimadas para apresentar as contra-razões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata ao processo. A falta de manifestação importará a decadência do direito de recurso.

28.2. A proponente/licitante poderá também apresentar as razões de recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo.

28.3. O recurso contra a decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo apenas para os **itens** em recurso, iniciando-se com a manifestação motivada do recorrente de sua intenção, devendo ocorrer imediatamente após a declaração do vencedor do certame, podendo ser formulado verbalmente na sessão ou por escrito. Neste caso, deverá ser protocolizado e dirigido à Autoridade Superior da Prefeitura Municipal, por intermédio da Pregoeira, que prestará as informações no prazo de 03 (três) dias úteis, cabendo à Autoridade Superior julgá-lo em igual prazo.

28.4. Não serão aceitos recursos, enviados por fax ou e-mail. Somente por escrito, em original, protocolados nesta Prefeitura, ou manifestado verbalmente na sessão e registrado em ata.

28.5. O acolhimento do recurso pela Pregoeira ou pela Autoridade Superior importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

28.6. Acatado(s) o(s) recurso(s) pela Pregoeira ela não procederá à adjudicação do objeto à Proponente vencedora.

28.7. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à Licitante vencedora e homologará o certame.

28.8. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento às interessadas, através de comunicação por escrito, via fax ou e-mail.

29. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

29.1. Da Dotação Orçamentária e dos Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da presente licitação ocorrerão com recursos, onde a dotação orçamentária, fonte e elemento de despesa são:

FONTE: 004000000 / 049801000 / 049890000

NATUREZA DE DESPESA: 449052

FUNCIONAL: 10.302.0004.1191

30. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

30.1. Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira adjudicará o objeto da licitação ao(s) licitante(s) vencedor (es), com a posterior homologação do resultado pela Gestora da Pasta.

30.2. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, a Gestora da Pasta, Adjudicará e Homologará o procedimento licitatório ao(s) licitante(s) vencedor (es).

31. DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS

31.1. No âmbito do Sistema de Registro de Preços a adjudicação significa tão somente o registro dos preços ofertados.

31.2. A existência de preços registrados não obriga o solicitante a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência em igualdade de condições.

31.2.1. O exercício de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso o opte por realizar a aquisição através de licitação específica. Quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, o detentor do registro de preços terá assegurado seu direito à contratação.

31.2.2. É vedada a aquisição do produto por valor superior a que poderia ser obtido do detentor do registro de preços.

31.3. Uma vez registrados os preços, o solicitante poderá convocar o detentor do Registro a prestar os serviços respectivos ou aquisição, na forma e condições fixadas no presente Edital e no Contrato de Compromisso de Fornecimento.

31.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os participantes poderão convocar o(s) detentor (es) a cumprir(em) as obrigações decorrentes da presente licitação.

31.4.1. Cada Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento será considerada partes integrantes da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

32. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CONTRATO

32.1. Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, **no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da convocação**, assinar a Ata de Registro de Preços, após cumpridos os requisitos de publicidade, nas condições estabelecidas neste Edital. O prazo da convocação poderá ser prorrogado quando solicitado pela licitante vencedora do certame durante o transcurso do referido prazo, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Órgão Gerenciador.

32.1.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

32.1.2. Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição do solicitante, para que se efetuem as contratações nas oportunidades e quantidades necessárias, até o limite estabelecido.

32.2. O contrato será efetuado nos termos da Lei 8.666/93, conforme a necessidade dos serviços ou aquisição, pelo período a ser determinado no ato da assinatura.

32.2.1. O(s) licitante(s) vencedor (es) cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preços terá o prazo de 02 (dois) dias para a assinatura do Contrato, contados da solicitação da prestação de serviço e ou aquisição, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período, devidamente justificado, contado da data de convocação pelo solicitante.

32.2.2. A recusa do adjudicatário em atender a convocação estabelecida no item anterior, sujeita-o às sanções administrativas, sem prejuízos das demais penalidades legalmente estabelecidas (Leis nº. 8.666/93 e 10.520/2002).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

33. DOS PREÇOS REGISTRADOS

33.1. Serão registrados os valores da(s) licitante(s) vencedora(s), conforme ordem de classificação, observando-se o seguinte:

- a)** os preços registrados e a indicação do respectivo fornecedor será divulgado em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- b)** o solicitante do Registro de Preços deverá, quando da necessidade da contratação, recorrer ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

34. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

34.1. O(s) fornecedor (es) terá (ao) seu registro cancelado quando:

- a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c)** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d)** tiver presentes razões de interesse público;
- e)** por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

34.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas no item **34.1**, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

34.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

34.4. A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a)** por decurso de prazo de vigência.
- b)** quando não restarem fornecedores registrados.

35. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

35.1. Ao assinar a Ata de Registro de Preços e o contrato, a empresa adjudicatária obriga-se a executar o objeto a ela adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste edital e seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

35.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não seja participante no item ou lote específico do certame licitatório, mediante prévia consulta à unidade gerenciadora, desde que devidamente comprovada a vantagem.

35.3. Os órgãos e as entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à unidade gerenciadora da Ata, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

35.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação do serviço, desde que não haja prejuízo às obrigações anteriormente assumidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

35.5. A liberação da participação nas atas de registro de preço para órgãos e entidades não participantes, não poderá exceder a 100% (cem por cento) dos quantitativos originalmente registrados na Ata de Registro de Preço.

35.6. A Ata de Registro de Preços será assinada pela autoridade competente, pelo gerenciador da Ata e pelo adjudicatário, vinculando-se este último ao cumprimento de todas as condições de sua proposta, cujo preço foi registrado, e às normas editalícias e legais durante toda a vigência da Ata.

35.7 No procedimento de adesão a lote de Ata de Registro de Preços é permitida a contratação de fornecimento parcial dos bens ou serviços nela constantes, desde que isso não desequilibre a proposta cujo preço foi registrado para o lote e/ou item.

36. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

36.1. Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

36.2. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

36.3. Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de prestar os serviços ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até **05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e nas demais cominações legais.

36.4. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

36.5. As multas de que trata este capítulo, serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhida pela adjudicatária em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

37. DISPOSIÇÕES GERAIS

37.1. É facultado à Pregoeira ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

37.2. Fica assegurado aos participantes, mediante justificativa motivada o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

37.3. Os proponentes/licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

37.4. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto ora licitado, sem expressa anuência dos participantes.

37.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura.

37.6. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

37.7. Se a documentação de habilitação não estiver de acordo com as exigências do edital ou contrariar qualquer dispositivo do mesmo e seus Anexos, a Pregoeira considerará a Proponente inabilitada, em qualquer fase do processo.

37.8. Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do Proponente. Para as certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas as com data de emissão de até 60 (sessenta) dias.

37.9. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado, por escrito, à Pregoeira, localizado na Avenida Transbrasiliana nº. 335 – CEP: 77.600-000 em Paraíso do Tocantins, fone: 0xx63 3602-2780 e e-mail: cplparaisoto@hotmail.com cplparaisoto@gmail.com, na **Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins.**

37.10. Os casos omissos serão submetidos ao parecer da **Assessoria Jurídica** do Município de Paraíso do Tocantins.

37.11. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Paraíso do Tocantins - TO, com exclusão de qualquer outro.

Paraíso do Tocantins - TO, 04 de JULHO de 2018.

CRISTINA SARDINHA WANDERLEY
Pregoeira Municipal



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 029/2018

ANEXO I – MODELO DE COMPROVANTE DE RECIBO DE EDITAL

Senhor Licitante,

Caso não tenha retirado o edital nesta comissão, solicitamos o preenchimento do recibo do edital (modelo abaixo), remetendo-o à Comissão Permanente de Licitação através do e-mail: cplparaisoto@hotmail.com.

A não remessa do recibo exime a administração e a Pregoeira da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

**RECIBO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 029/2018
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS- TO**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE MAMOGRAFIA DIGITAL

Razão social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Cidade _____ Estado _____

Telefone _____

e-mail: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos, através do site www.paraiso.to.gov.br ou de qualquer outra fonte, cópia do instrumento convocatório acima identificado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 029/2018

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto a aquisição de um Aparelho de Mamografia Digital, conforme descrição no Anexo – I parte integrada deste termo de referência.

2. DA ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1. Aquisição conforme especificações e quantidades estabelecidas no anexo I.

2.1.1. O bem objeto da aquisição está dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes na ANVISA e do Catálogo Unificado de Materiais – CATMAT seguindo padrão nacional.

2.1.2. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A aquisição é viável e pode ser considerada da maior conveniência, visto que, o Fundo Municipal de Saúde de Paraíso do Tocantins - TO, para otimizar seu atendimento necessita de tal equipamento evitando a necessidade de deslocamento a outros Municípios;

3.2. Com a aquisição do mamógrafo, o Fundo Municipal de Saúde de Paraíso do Tocantins – TO, ofertará às mulheres a oportunidade de realizar exames de mamografia em sua cidade, eliminando a necessidade de deslocamento para outras cidades como Palmas – TO, Porto Nacional – TO e Araguaína – TO, e aumentando o acesso a este exame tão importante para a saúde da mulher;

3.3. O Município de Paraíso do Tocantins - TO está situado na [Região Norte do Brasil](#), ou seja, região 1. Situada no [Vale do Araguaia](#), Macro região 19, micro região 104, estando a 63 km de [Palmas](#) capital do Estado do Tocantins e a 798 km de [Goiânia-GO](#). Paraíso do Tocantins está às margens de um dos quatro mais importantes modais rodoviários do Brasil que é a BR-153 (Belém-Brasília), com mais de 4.500 km de extensão, atualmente a população é de 49 076 habitantes, segundo estimativa do IBGE para o ano de 2015;

3.4. Na cidade, existe um centro de especialidade “POLICLINICA PORTE 1” administrado pela Prefeitura através do Fundo Municipal de Saúde, com muito trabalho e dedicação, pois nos deparamos diariamente com problemas provenientes pela falta de equipamentos hospitalares, além das dificuldades financeiras. Objetivando oferecer aos usuários melhor atendimento, faz-se necessário equipar esta unidade de saúde e no momento, diante da importância em se fazer saúde com prevenção, estamos solicitando um novo mamógrafo, para ser operado junto a “POLICLINICA”.

3.5. A aquisição do mamógrafo irá contemplar ações incluídas no Projeto Social de Fortalecimento à Saúde da Mulher criado/elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo realizar/efetivar o rastreamento do câncer de mama em mulheres de 50 à 69 anos, de acordo com o SISCAM – Sistema de Informação do Câncer da Mulher, considerando que o câncer de mama é o mais comum entre as mulheres no mundo e no Brasil, respondendo por cerca de 28% dos casos novos a cada ano, que é relativamente raro antes dos 35 anos, acima desta idade sua incidência cresce progressivamente, especialmente após os 50 anos; Estatísticas indicam aumento da sua incidência tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento. Estima que até o final do ano de 2018, serão 59.700 novos casos de câncer de mama, de acordo com o Instituto Nacional



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

do Câncer (INCA) e até o ano de 2013, já ocorreram 14.388 casos de mortes de acordo com Sistema de Informação de Mortalidade (SIM).

3.6. Na oportunidade visando o atendimento de qualidade prestado aos usuários do SUS e a oferta de exames/procedimentos de extrema relevância o qual o município de Paraíso do Tocantins – TO e referência para exames de mamografia em 9 (nove) municípios (Barrolândia – TO, Caseara – TO, Cristalândia – TO, Divinópolis do Tocantins – TO, Marianópolis – TO, Nova Rosalândia – TO, Paraíso do Tocantins – TO, Pium – TO e Pugmil – TO), que compõe a região de saúde do Cantão, e que possui como população de 50 a 69 anos um total estimado de mais de 5.694 (cinco mil seiscentos e noventa e quatro) de acordo com os dados do Departamento de Informática do SUS – DATASUS;

3.7. Diante da importância e da necessidade de poder contar com este equipamento, disponibilizando os serviços aos usuários sem ter que se deslocar, em especial as cidades acima citados, inclusive gerando economias aos cofres públicos.

3.8. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade ao que determina o art. 14 da Lei 8.666/93;

4. FUNDAMENTAÇÃO

4.1. A presente aquisição encontra fundamentação legal nas Leis: 8.666/93; Lei Complementar 123/06, alterada em partes pela Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 389/09; Decreto Municipal nº 260/2016 e demais leis pertinentes.

5. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. Os materiais e equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho na Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado localizado na Rua L.16 nº 232, Setor Interlagos, Paraíso do Tocantins – TO, de segunda a sexta-feira das 12:00 às 18:00 horas ou em outro local indicado pelo setor solicitante, na presença de servidores devidamente autorizados. Sendo o frete, carga e descarga por conta do fornecedor até o local indicado.

5.2. O não cumprimento do disposto no item 5.1 do presente termo acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

5.3. Os materiais e equipamentos deverão ser fornecidos e/ou entregues de acordo com as especificações definidas na proposta, respeitado o estabelecido no Termo de Referência e isentos de defeitos de fabricação. O Fundo Municipal de Saúde rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o Termo de Referência.

6. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os bens serão recebidos:

a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta.

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

6.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.4. Para a comprovação do recebimento dos materiais/equipamentos, será confiado a 01 (um) atestador autorizado pela autoridade competente, que observará o recebimento definitivo após a conferência e comprovação de sua quantidade, qualidade e se os mesmos foram entregues de acordo com este Termo de Referência, sob pena de rejeição dos mesmos, atestando-o em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação da NF/FATURA.

7. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.1. A garantia deverá ser de **36 (trinta e seis) meses**, imputando-lhe os ônus decorrentes da cobertura dos prejuízos pela entrega em desconformidade com o especificado no Termo de Referência/proposta caso não seja possível a troca imediata, tudo a encargo da CONTRATADA. **Assistência Técnica Local.**

8. DAS OBRIGAÇÕES

8.1. DA CONTRATANTE

8.1.1 Além das obrigações resultantes da observância do disposto na Lei n.º 8.666/1993 e na Lei nº 10.520/2002 e suas alterações, são obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar os pagamentos devidos no prazo e nas condições estipuladas neste Termo;
- b) Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar os compromissos assumidos, bem como pagar pela aquisição dos materiais/bens adquiridos;
- c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência;
- d) Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos materiais, fixando prazo para sua correção.

8.2. DA CONTRATADA

8.2.1 Além das obrigações resultantes da observância do disposto na Lei n.º 8.666/1993 e na Lei nº 10.520/2002 e suas alterações são obrigações da CONTRATADA:

- a) Manter inalterados os preços e condições propostas, bem com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- b) Efetuar a entrega dos bens/materiais e/ou serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia. Informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ao cumprimento do mesmo;
- c) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações ou materiais que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência sem prévia e expressa anuência da Contratante;
- d) Executar fielmente o contrato, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas estabelecidas na Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações e observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, diretas e indiretamente aplicáveis;
- e) Fornecer os equipamentos dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica. Ainda, devem estar acompanhados, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- g) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no todo ou em parte o objeto em que verifiquem defeitos/incorrekções resultantes da execução ou aquisições dos materiais no prazo máximo de **02 (dois) dias corridos**, o produto com avarias ou defeitos;
- h) Responsabilizar-se pelo uso indevido dos documentos, materiais eventualmente colocados sob sua guarda pela CONTRATANTE;
- i) A CONTRATADA deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho de suas funções ou em conexão com eles;
- j) Substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, após notificação formal do(s) materiais fornecido(s) em desacordo com as especificações deste termo de referência e respectiva proposta, ou não aprovados pelo órgão solicitante com parecer devidamente fundamentado.
- k) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;
- l) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- m) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir.
- n) O equipamento deverá ser instalado e testado posteriormente a entrega no local indicado e sem ônus a contratante.
- o) A contratada se responsabilizaria de capacitar, instruir e demais ações ao(s) o(s) profissional(is) no manuseio do equipamento adquirido.
- p) A contratada se comprometerá de cumprir a garantia de 36 (trinta e seis) meses conforme cláusula 7.1 e demais cláusulas, sem ônus ou prejuízo a contratante.
- q) O não cumprimento das cláusulas de termo de referência, edital e contrato sujeitará as penalidades da cláusula 14 deste termo de referência.

9. DO PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

9.1. A empresa vencedora deverá emitir Fatura/Nota fiscal eletrônica correspondente ao equipamento fornecido, sem rasuras, e o pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após a entrega do objeto devidamente atestado e vistoriado, através de crédito em banco, agência e conta corrente, indicado pela CONTRATADA, em conformidade com nota fiscal/fatura correspondente.

9.2. O setor financeiro reserva-se do direito de solicitar impreterivelmente a qualquer momento, todas as certidões negativas que comprovem a regularidade fiscal da contratada.

10. DA VIGENCIA DO CONTRATO

10.1. Em se tratando de bem permanente, há necessidade de obrigações futuras, torna-se obrigatório a lavratura de instrumento contratual. O mesmo terá vigência de 36 (trinta e seis) meses devido a garantia, podendo ser prorrogado nos limites e condições estabelecidas no art. 57 Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, respeitando-se o exercício financeiro em relação a Nota de Empenho e declaração orçamentarias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

11.1 O setor financeiro reserva-se do direito de solicitar impreterivelmente a qualquer momento, todas as certidões negativas e trabalhistas que comprovem a regularidade fiscal da contratada.

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços serão fixos e irreajustáveis no período de 12 (doze) meses, podendo no que couber ser reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições da LEI Nº 8.666/93, com base no índice INPC, salvo, realinhamento de valores de agências reguladoras nacionais.

13. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização do contrato ficará a cargo como titular a servidora **SARAH MACIEL DA CRUZ, MATRICULA Nº 4089 E COMO SUPLENTE A SERVIDORA NIDIA REJANE BORGES, MATRICULA Nº 014** designado pela **PORTARIA / SEMS / GAB / Nº14 / 2017 DE 01 DE MARÇO DE 2017** da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAÍSO DO TOCANTINS - TO**, permitindo-lhe livre acesso a todas as informações referentes à execução do objeto deste contrato. Fica ressalvado que a efetiva ocorrência da fiscalização não exclui nem restringe a responsabilidade da CONTRATADA na execução do objeto.

13.2. A fiscalização de que trata o subitem acima, não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado e/ou licitante vencedor pelos danos causados diretamente ao órgão solicitante ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do Empenho em conformidade com o art. 70 da Lei 8.666/93.

14. DAS PENALIDADES

14.1. Em caso de inexecução total ou parcial deste instrumento, a CONTRATANTE poderá sujeitar a CONTRATADA as penalidades impostas fundamentadamente nos termos das Leis nº 10.520 de 2002, Lei nº. 8.666/93, no Decreto nº 3.555 de 2000 e no Decreto nº 5.450, de 2005. Ficará impedido de licitar e contratar com o Município, e será descredenciado do Cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa sem prejuízo das demais cominações legais previstas neste termo de referência, o fornecedor/licitante que:

- 14.1.1. Se recusar a assinar o termo do contrato ou receber a nota de empenho;
- 14.1.2. Inexecução total ou parcial da nota de empenho ou contrato;
- 14.1.3. Deixar de entregar documentação exigida no Termo de Referência ou edital;
- 14.1.4. Apresentar documentação falsa;
- 14.1.5. Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
- 14.1.6. Não manter a proposta dentro do prazo de validade;
- 14.1.7. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 14.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.9. Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

14.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os órgãos da Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins, enquanto durarem os fatos de impedimento, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos casos citados no item 14.1, conforme detalhado nos itens 14.1.1 ao 14.1.9.

14.3. A pena de advertência poderá ser aplicada nos caso previstos no item 14.1, sempre que a administração entender que a(s) justificativa(s) de defesa atenua a responsabilidade da CONTRATADA e desde que não tenha havido prejuízo ao erário público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

14.4. Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial do contrato, o órgão poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as multas fixadas a seguir, sem prejuízo de outras sanções previstas neste edital, no contrato, e demais legislações aplicáveis à espécie:

14.4.1. Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por dia de atraso do início de sua execução, até o limite máximo de 2% (dois por cento). Acima do limite aqui estabelecido, caracterizará inexecução total da obrigação assumida;

14.4.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de sua inexecução total ou parcial, ou ainda, pela recusa injustificada em assinar o contrato;

14.4.3. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação pactuada.

14.5. As sanções previstas nos itens 14.1 e 14.2 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa.

14.6. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas nos itens 14.2 e 14.3.

14.7. O percentual de multa previsto no item 14.4 incidirá sobre o valor atualizado do contrato ou do item do contrato (nesse último caso, quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item), tendo como fator de atualização o percentual da taxa SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia – que incidirá a partir da data em que ocorrer o fato, até o dia do efetivo pagamento da multa.

14.8. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o CONTRATADO pela sua diferença, que será descontada/compensada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração. Efetuados esses descontos/compensações, caso ainda haja saldo devedor, ou inexistentes a garantia e/ou pagamentos devidos pela CONTRATANTE, o valor da multa aplicada deverá ser recolhido junto à agência do Banco do Brasil S/A, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação, por meio do Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

14.9. Na hipótese de não pagamento ou recolhimento referido no subitem imediatamente acima, os valores serão objeto de inscrição em dívida ativa e sua consequente cobrança pelos meios legais.

14.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15. DO FORO

15.1. Para dirimir quaisquer dúvidas, elegem as partes o Foro da Comarca de Paraíso do Tocantins – TO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**ANEXO II - A**

ITEM	QTD.	UND.	DESCRIÇÃO
01	01	UND	<p>MAMOGRAFO ESPECIFICAÇÕES QUE ATENDA NO MÍNIMO: EXAMES DE MAMOGRAFIA DIGITAL PARA EXAMES DE MAMOGRAFIA EM PÉ, SENTADO, OU EM POSIÇÃO INCLINADA O SISTEMA CONSISTE DE UM DETECTOR DE 23 CM X 30 CM COM SISTEMA DE DISPLAY DIGITAL, GERADOR DE ALTA FREQUÊNCIA CONTROLADO POR MICROPROCESSADOR INTEGRADO, UNIDADE DE TUBO DE RAIOS-X COM TUNGSTÊNIO E ANODO ROTATIVO, FILTRO DE RÓDIO E AEC (CONTROLE AUTOMÁTICO DE EXPOSIÇÃO), BIOMBO DE PROTEÇÃO CONTRA AS RADIAÇÕES - MESA DE CONSOLE AJUSTÁVEL DETECTOR DE CSI PROPORCIONANDO ALTA QUALIDADE DE IMAGEM E BAIXA DOSAGEM A ESTAÇÃO DE TRABALHO (AWS) PERMITE VISUALIZAÇÃO RÁPIDA. APÓS A EXPOSIÇÃO, A IMAGEM É EXIBIDA NA TELA ONDE O USUÁRIO PODE AVALIAR OS DADOS E O POSICIONAMENTO DO PACIENTE A PLATAFORMA SYNGO INCLUI UM PACOTE DE SEGURANÇA E OFERECE RECURSOS AVANÇADOS. ESTE PACOTE INCLUI AS SEGUINTE FUNÇÕES: - A AUTENTICAÇÃO DO USUÁRIO PARA PROIBIR O ACESSO NÃO AUTORIZADO. - ACESSO RESTRITO DE FUNÇÕES ESPECÍFICAS DO USUÁRIO. - REGISTRO DAS AÇÕES - SISTEMA DE BRAÇO GIRATÓRIO COMPOSTO PELO CONJUNTO DE TUBO DE RAIOS-X, GERADOR, DISPOSITIVO DE COMPRESSÃO E DETECTOR. SID DE 65 CENTÍMETROS: PROPORCIONA ALTA RESOLUÇÃO E MELHOR ACESSO AOS PACIENTES DURANTE O POSICIONAMENTO. ROTAÇÃO ISOCÊNTRICA (+/- 180 °) COM ÂNGULOS PRÉ-SELECIONÁVEIS, MOTORIZADA. FLUXO DE TRABALHO OTIMIZADO PARA ALCANÇAR MOVIMENTO AUTOMÁTICO ENTRE AS PROJEÇÕES COM UM SIMPLES TOQUE. AJUSTE DE ALTURA MOTORIZADO DE 69 CM ATÉ 150 CM PARA PROJEÇÕES FRONTAIS E LATERAIS. O AJUSTE É CONTROLADO POR BOTÕES NO BRAÇO GIRATÓRIO E PELO PEDAL. ALTURA IDEAL PARA EXAMES EM CADEIRANTES. O DISPLAY DIGITAL INDICA A FORÇA DE COMPRESSÃO, A ESPESSURA DE COMPRESSÃO E ÂNGULO DE ROTAÇÃO. ALÉM DISSO, HÁ EXIBIÇÃO DA COMPRESSÃO E DO OPCOMP. O DISPOSITIVO DE COMPRESSÃO SERVE TANTO PARA COMPRESSÃO AUTOMÁTICA QUANTO PARA COMPRESSÃO MANUAL. A FORÇA DE COMPRESSÃO É PRÉ-SELECIONÁVEL DE 5 A 20 KG (200 N). O DISPOSITIVO DE COMPRESSÃO AUTOMÁTICA OPCOMP PODE SER CONTROLADO POR PEDAL OU POR CONTROLE MANUAL. O POSICIONAMENTO DE LUZ NO COLIMADOR É LIGADO QUANDO O PEDAL DE COMPRESSÃO É ACIONADO. HÁ AJUSTE AUTOMÁTICO DO COLIMADOR PARA OS TAMANHOS DE CAMPO DE RAIOS-X CONFORME A PLACA DE COMPRESSÃO. O CONJUNTO DO TUBO DE RAIOS-X COM ANODO ROTATIVO DE TUNGSTÊNIO APRESENTA DOIS PONTOS FOCALIS DE 0,1 / 0,3. CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE CALOR NO ANODO: 162 000 HU. CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE CALOR TOTAL DO CONJUNTO DO TUBO DE RAIOS-X: 2 430 000 HU. A ROTAÇÃO DO ANODO DE TUNGSTÊNIO É COMBINADA COM O FILTRO DE RÓDIO NA QUAL OFERECE UMA GAMA OTIMIZADA PARA MAMOGRAFIA DIGITAL. O CONTROLE AUTOMÁTICO DE EXPOSIÇÃO (AEC) JUNTAMENTE COM O SISTEMA</p>



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AUTOMÁTICO OPDOSE OFERECE ALTA QUALIDADE DE IMAGEM E MENOR DOSE. POSSIBILIDADE DE SELEÇÃO AUTOMÁTICA DO KV. OPDOSE PODE SER CONFIGURADO COM BASE NA ESPESSURA. OS PARÂMETROS DE IMAGEM SÃO DEFINIDOS AUTOMATICAMENTE COM O AUXÍLIO DO CONTROLE AUTOMÁTICO DE EXPOSIÇÃO (AEC). TAMBÉM É POSSÍVEL TER DEFINIÇÃO MANUAL DO KV E DA DOSE. ALÉM DO MAIS, O SOFTWARE DE PROCESSAMENTO DE IMAGEM OPVIEW 2 OFERECE EXCELENTES VISTAS DA MAMA, DE ESTRUTURAS EM TECIDO DENSO E DE MICROCALCIFICAÇÕES. DOSE CALCULATION SYSTEM. O SOFTWARE CALCULA A DOSE DO PACIENTE (DOSE GLANDULAR) PARA CADA EXPOSIÇÃO. O VALOR DA DOSE É MOSTRADO EM MGY NA ESTAÇÃO DE TRABALHO. SELEÇÃO AUTOMÁTICA DO PONTO FOCAL PEQUENO E RETRAÇÃO MOTORIZADA DA GRADE PARA AMPLIAÇÃO. OS REQUISITOS DE ENERGIA: CORRENTE ALTERNADA 208-400 V, MONOFÁSICO OU CONEXÃO DE DUAS FASES COM CONDUTOR NEUTRO. OS DADOS DO PACIENTE SÃO REGISTRADOS NA ESTAÇÃO DE TRABALHO A PARTIR DO RIS VIA DICOM OU MANUALMENTE. O PACIENTE É POSICIONADO DE ACORDO COM O TIPO DE EXAME SELECIONADO E A RADIAÇÃO É LIBERADA. A IMAGEM É TRANSFERIDA AUTOMATICAMENTE PARA A ESTAÇÃO DE TRABALHO ONDE É PROCESSADA COM O OPVIEW2. A IMAGEM É APRESENTADA NO MONITOR, EM MENOS DE 20 SEGUNDOS DEPOIS DO FIM DA RADIAÇÃO. O USUÁRIO TEM A POSSIBILIDADE DE VERIFICAR A POSIÇÃO DO PACIENTE, A QUALIDADE DE IMAGEM E ADICIONAR ANOTAÇÕES À IMAGEM. DEPOIS DE TER SIDO ANALISADA, A IMAGEM PODE SER ENVIADA A UM SISTEMA PACS OU IMPRESSO NO FORMATO DICOM PADRÃO. A PLATAFORMA SYNGO OFERECE VÁRIAS FUNÇÕES PARA UM EXAME COMPLETO. TODAS AS FUNÇÕES PODEM SER CONTROLADAS. EXIBIÇÃO DE IMAGEM: - LIVRE ESCOLHA DO LAYOUT DA TELA. - CONTRASTE E BRILHO. - AMPLIAÇÃO E ZOOM. - INVERSÃO DE IMAGEM (PRETO / BRANCO) ANOTAÇÃO: - MARCAÇÃO ESQUERDA/DIREITA. - ADIÇÕES DE TEXTO. - LINHAS. - RETÂNGULOS E CÍRCULOS MEDIDAS: - DISTÂNCIA; - ÂNGULO; - DENSIDADE. AVALIAÇÃO DA IMAGEM: - MELHORIA DE CONTRASTE; - APRESENTAÇÃO DE HISTOGRAMA; - MEDIÇÃO DO COMPRIMENTO; - COMPARAÇÃO ENTRE ANTES/DEPOIS. FILTROS ADMINISTRAÇÃO: - POSSIBILIDADE DE RECUPERAÇÃO DOS DADOS DO PACIENTE ATRAVÉS DO SISTEMA AUTOMÁTICO HIS/RIS VIA DICOM MODALIDADE WORKLIST OU MANUALMENTE. RECUPERAÇÃO DE IMAGENS DE DISCO RÍGIDO OU PACS. - IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO ATRAVÉS DE SENHA. - IMAGENS ARQUIVADAS NO DISCO LOCAL OU PACS. - IMPRESSÃO DE IMAGENS EM IMPRESSORAS DICOM COMPATÍVEL. DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE IMAGEM PARA DESTINOS PRÉ-DEFINIDOS. CLASSES DICOM DISPONÍVEIS: - DICOM MG PARA PROCESSAMENTO; - DICOM MG PARA APRESENTAÇÃO; - DICOM MAMMOGRAPHY (MG); - DICOM COMPUTED RADIOGRAPHY (CR). - DICOM COMPUTED TOMOGRAPHY (CT). - DICOM DIGITAL X-RAY (DX). - DICOM MAGNETIC RESONANCE (MR). - DICOM SECONDARY CAPTURE (SC). - DICOM ULTRASOUND (US). DICOM SERVICES: - DICOM BASIC PRINT - SCU. - DICOM MODALITY WORKLIST - SCU. - DICOM MODALITY PERFORMED PROCEDURE STEP - SCU. - DICOM STORAGE / STORAGE COMMITMENT - SCU, SCP. - DICOM



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

QUERY/RETRIEVE - SCU, SCP - HARDWARE. A PLATAFORMA SYNGO FFDM CONSISTE EM: - PC INTEL QUAD CORE, 3.7 GHZ; - 16 GB RAM DDR4-2133MHZ. 1TB DE DISCO RÍGIDO, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 7. REQUISITO DE ENERGIA DA ESTAÇÃO DE TRABALHO: 100 - 240 V AC, CONEXÃO MONOFÁSICO. DE ACORDO COM MEDICAL DEVICE DIRECTIVE (93/42/EEC). MONITOR TFT 19" DE ALTA RESOLUÇÃO, DISPLAY COLORIDO 1280 X 1024 PIXELS. TECLADO UNIVERSAL. MESA DE CONTROLE, 85 CM X 50 CM. AJUSTE DE ALTURA HIDRÁULICO. BIOMBO DE PROTEÇÃO DE RADIAÇÃO COM 0,5 MILÍMETROS PB, 85 CM X 195 CM. A MESA INCLUI SUPORTE PARA MONITOR. CONJUNTO DE PEDAL COMPREENDENDO 2 UNIDADES, CADA UM COM 2 PEDAIS. AS DUAS UNIDADES DE PEDAL PERMITE COMPRESSÃO MOTORIZADA E DESCOMPRESSÃO MANUAL. PLACA DE COMPRESSÃO PADRÃO, 24CM X 30 CM, COM BORDA ELEVADA (7 CM DE ALTURA NA BORDA FRONTAL E 9 CM NOS OUTROS 3 LADOS). CONJUNTO DE PLACA DE COMPRESSÃO PADRÃO DE 18 X 24 CM COM BORDA ALTA (7 CM NA FRENTE E 9 CM NOS OUTROS TRÊS LADOS). PODE SER UTILIZADA NA POSIÇÃO CENTRAL E TAMBÉM NAS POSIÇÕES DIREITA E ESQUERDA, MELHORANDO O POSICIONAMENTO PARA AS PROJEÇÕES OBLÍQUAS, SENDO MOVIDA MANUALMENTE PARA OS LADOS DIREITO E ESQUERDO, ATRAVÉS DA ALÇA DE AJUSTE, A COLIMAÇÃO É ADAPTADA DE ACORDO COM A POSIÇÃO DA PLACA COMPRESSOR PARA COMPRESSÃO ESPECIAL DE UMA ÁREA MENOR DE TECIDO MAMÁRIO.(CERCA DE 8 CM DE DIÂMETRO) COM VISUALIZAÇÃO DA ÁREA AO REDOR (18 CM X 24 CM). MESA DE MAGNIFICAÇÃO PARA AMPLIAÇÃO E EXPOSIÇÃO DETALHADA UM FATOR DE MAGNIFICAÇÃO GEOMÉTRICA DE 1.5. PLACA DE COMPRESSÃO PARA MAGNIFICAÇÃO, 16CM X 20 CM. PLACA DE COMPRESSÃO SPOT PARA MAGNIFICAÇÃO DE 9 CM X 9 CENTÍMETROS. PLACA DE COMPRESSÃO DE 16X20CM (PLACA DO MULTI-FURO) PARA EXECUTAR UMA BIÓPSIA OU MARCAÇÃO SEM UNIDADE DA BIÓPSIA. AS COORDENADAS (NÚMEROS E LETRAS) FORNECEM A ORIENTAÇÃO PARA A BIÓPSIA OU A MARCAÇÃO. IMPORTAÇÃO DE DADOS DO PACIENTE/EXAME VINDOS DE UM SISTEMA RIS/HIS COM DICOM MWL (MODALIDADE WORKLIST) BEM COMO O FEEDBACK SOBRE O ESTADO DO EXAME COM DICOM MPPS (MODALIDADE PERFORMED PROCEDURE STEP). DICOM MWL IMPORTAÇÃO DE DADOS DO PACIENTE/EXAME VINDOS DE UM SISTEMA DE GESTÃO EXTERNA DE PACIENTE RIS/HIS - DICOM MPPS: ENVIO DOS DADOS DE DOSE, DOS DADOS DO PACIENTE E DOS DADOS DE EXAME A UM SISTEMA EXTERNO RIS/HIS. IMPRESSÃO DE IMAGENS POR MEIO DE UMA FILMSHEET VIRTUAL EM UMA CÂMARA DE LASER DICOM. A SELEÇÃO DE "AUTO-PRINT" ENCAMINHA AUTOMATICAMENTE AS IMAGENS ARMAZENADAS NO FILMSHEET VIRTUAL PARA A CÂMERA LASER. ISSO OTIMIZA O FLUXO DE TRABALHO, ELIMINANDO A NECESSIDADE DE INTERAÇÃO DO USUÁRIO. ALÉM DISSO, PODE-SE REALIZAR MODIFICAÇÕES NO FILMSHEET VIRTUAL E TAMBÉM REVER A IMAGEM NO MONITOR A QUALQUER MOMENTO. ISSO ECONOMIZA TEMPO E DINHEIRO. A UNIDADE DE BIÓPSIA INCLUI UM PAINEL DE CONTROLO PARA MOVIMENTO AUTOMÁTICO E MOTORIZADO DO SUPORTE DE AGULHA PARA A POSIÇÃO DEDICADA E UMA PROTEÇÃO FACIAL PARA PROTEGER A PACIENTE DO MOVIMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DO BRAÇO ARTICULADO. AS GUIAS DE AGULHA PARA AGULHAS FINAS E AS AGULHAS PARA BIOPSIA E BIOPSIA POR VÁCUO DEVEM SER ENCOMENDADAS SEPARADAMENTE DOS PRINCIPAIS FABRICANTES, P.EX. SP A&S OU FABRICANTE DE AGULHAS. A UNIDADE DE BIOPSIA INCLUI: - UNIDADE DE BIOPSIA COM CONTROLO MANUAL; - PROTEÇÃO FACIAL; - AGULHA PARA AGULHAS PADRÃO PARA ACOPLAMENTO VERTICAL; - ALTERAÇÕES DE HARDWARE PARA O SISTEMA DE MAMOGRAFIA. FANTOMA DE CALIBRAÇÃO E AGULHAS DE CALIBRAÇÃO CORRESPONDENTES, INCLUINDO ACOPLAMENTOS. DESCRIÇÃO: A UNIDADE DE BIOPSIA PODE SER FACILMENTE MONTADA, DESLIZANDO UMA COBERTURA ADICIONAL COM A TORRE DE BIOPSIA SOBRE A MESA NA COLUNA DE MAMOGRAFIA. QUANDO MONTADA, A UNIDADE DE BIOPSIA É AUTOMATICAMENTE DETECTADA E A COLUNA DE MAMOGRAFIA FICA DISPONÍVEL PARA O EXAME. NÃO É NECESSÁRIO REMOVER A GRELHA MANUALMENTE. SOFTWARE E HARDWARE SUPORTAM UM FLUXO DE TRABALHO ALTAMENTE INTEGRADO. CADA CONJUNTO DE DUAS IMAGENS ESTEREOTÁXICAS É ADQUIRIDO NUMA FASE DE TRABALHO, COM MOVIMENTO AUTOMATIZADO DA CABEÇA DE AMPOLA. AS IMAGENS DE BIOPSIA SÃO ADQUIRIDAS NO MESMO DETECTOR FFDM COMO AS IMAGENS DE RASTREIO E DIAGNÓSTICO E PODEM SER PROCESSADAS ATRAVÉS DO MESMO PROCESSO DE IMAGENS SIEMENS, OPVIEW 2, NA ESTAÇÃO DE AQUISIÇÃO BASEADA EM SYNGO. A IMPRESSÃO DE IMAGEM PARA IMAGENS DE BIOPSIA E AS IMAGENS DE RASTREIO /DIAGNÓSTICO É ASSIM IDÊNTICA. TODAS A CARACTERÍSTICAS DE RASTREIO/DIAGNÓSTICO TAMBÉM SE APLICAM À VERSÃO ESTÉREO. DADOS TÉCNICOS. - TAMANHO MÁXIMO TOTAL (COBERTURA E TORRE DE BIOPSIA): 360 MM X 250 MM X 340 MM. - PESO: < 7 KG. - VOLUMES DE BIOPSIA (ACOPLAMENTO VERTICAL): 50 MM X 40 MM X 110 MM. - VOLUMES DE BIOPSIA (ACOPLAMENTO LATERAL): 50 MM X 40 MM X 60 MM. - PLACAS DE COMPRESSÃO PARA BIOPSIA COM PLÁSTICO AMOVÍVEL E DE FÁCIL LIMPEZA: - PLACA DE COMPRESSÃO DE BIOPSIA COM JANELA: 96 MM X 100 MM, DIMENSÃO DO FURO: 52 MM X 42 MM (ACOPLAMENTO VERTICAL) - PLACA DE COMPRESSÃO DE BIOPSIA SEM JANELA: 96 MM X 100 MM (ACOPLAMENTO LATERAL) - POSICIONAMENTO DA PACIENTE PARA BIOPSIA ESTEROTÁXICA: SENTADA, DE PÉ E DEITADA - ÂGULAÇÃO DO BRAÇO ARTICULADO: +/- 90° (TECNICAMENTE POSSÍVEL: +/- 180°) ÂMBITO DE ROTAÇÃO DA AMPOLA EM MODO ESTÉREO: -15° E +15°. NOTA: PLACAS DE COMPRESSÃO E SUPORTES DE AGULHA DEVEM SER ENCOMENDADOS SEPARADAMENTE. OS ACOPLAMENTOS SÃO DISPONIBILIZADOS SEPARADAMENTE PELA ETHICON. PLACA DE COMPRESSÃO DE 96 MM X 100 MM COM JANELA DE 52 MM X 42 MM PARA BIOPSIA DE ESTEREOTAXIA. A PLACA DE COMPRESSÃO PODE SER USADA COM ACOPLAMENTO VERTICAL. A INSERÇÃO DE PLÁSTICO PODE SER FACILMENTE REMOVIDA DO SEU SUPORTE PARA LIMPEZA E DESINFECÇÃO. PODE SER ENCOMENDADO UMA INSERÇÃO DE PLÁSTICO ADICIONAL. BUCHAS NÃO ESTÉREIS REUTILIZÁVEIS EM AÇO INOXIDÁVEL COMO GUIA DE AGULHA PARA O POSICIONAMENTO EXATO DA AGULHA NA UNIDADE DE BIÓPSIA. DIÂMETRO: 12G (2,85 MM). UNIDADE DE EMBALAGEM: 10 X 2 PCS. BUCHAS NÃO ESTÉREIS REUTILIZÁVEIS EM AÇO INOXIDÁVEL COMO



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

			<p>AGULHA GUIA PARA O POSICIONAMENTO EXATO DA AGULHA NA UNIDADE DE BIÓPSIA. DIÂMETRO: 14G (2,10 MM) QUANTIDADE NA EMBALAGEM: 10 X 2 PCS. BUCHAS NÃO ESTÉREIS REUTILIZÁVEIS EM AÇO INOXIDÁVEL COMO AGULHA GUIA PARA O POSICIONAMENTO EXATO DA AGULHA NA UNIDADE DE BIÓPSIA. DIÂMETRO: 18G (1.27 MM) QUANTIDADE NA EMBALAGEM: 10 X 2 PCS. BUCHAS NÃO ESTÉREIS REUTILIZÁVEIS EM AÇO INOXIDÁVEL COMO AGULHA GUIA PARA O POSICIONAMENTO EXATO DA AGULHA NA UNIDADE DE BIÓPSIA. DIÂMETRO: 20G (0.90 MM) QUANTIDADE NA EMBALAGEM: 10 X 2 PCS. ASSISTENCIA TÉCNICA LOCAL / GARANTIA MINIMA DE 36 MESES.</p>
--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 029/2018

ANEXO III – DECLARAÇÃO CONJUNTA

À
Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins- TO
Avenida Transbrasiliana nº. 335 - Centro
Fundo Municipal de Saúde

Pregão Presencial (SRP) nº: 029/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE MAMOGRAFIA DIGITAL.
Licitante:
CNPJ:
Endereço:

A empresa _____ inscrita no CNPJ/MF _____, com sede à _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____ portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito (a) no CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei que:

- 1º- que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação e contratação com a administração pública e que inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação, em cumprimento ao artigo 30, III, da Lei nº 8666/93, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- 2º- para fins do disposto no art. 7º, XXXIII da CF/88 c/c, inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 anos (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. ()
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

- 3º- Conhece e aceita o inteiro teor do edital deste Pregão Presencial, ressalvado o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações desta licitação.

_____ - TO, ____ de _____ de 2018.

Assinatura e carimbo do CNPJ



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 029/2018

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À
Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins- TO
Avenida Transbrasiliana nº. 335 - Centro
Fundo Municipal de Saúde

Pregão Presencial (SRP) nº: 029/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHO DE MAMOGRAFIA DIGITAL.
Licitante:
CNPJ:
Endereço:

A empresa _____ inscrita no
CNPJ _____, com sede
_____, por intermédio de seu
representante legal o (a) Sr.
_____ portador (a) da
Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº.
_____, **DECLARA**, em cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º
da Lei nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, publicado no DOU de 18 de julho de 2002,
para fins do Pregão Presencial (SRP) nº **029/2018**, que cumpre plenamente os requisitos
de habilitação exigidos do Edital do Pregão em epígrafe.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura e carimbo do CNPJ

Obs: Esta declaração deverá ser entregue à Pregoeira, após o credenciamento, antes e separadamente dos envelopes exigidos nesta licitação, sob pena de inabilitação.



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 029/2018

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE LICITANTE BRASILEIRA

À
Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins- TO
Avenida Transbrasiliana nº. 335 - Centro
Fundo Municipal de Saúde

Pregão Presencial (SRP) nº: 029/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHO DE MAMOGRAFIA DIGITAL.
Licitante:
CNPJ:
Endereço:

Declaramos que estamos em condições de prestar todos os serviços referentes à Assistência Técnica, durante o período de garantia.
Também estamos em condições de realizar a Instalação e montagem, treinamento operacional para a utilização do equipamento, referente ao objeto do Pregão Presencial Internacional nº 029/2018.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura e carimbo do CNPJ



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 029/2018

**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE LICITANTE BRASILEIRA SER REPRESENTANTE DE
EMPRESA ESTRANGEIRA**

À
Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins- TO
Avenida Transbrasiliana nº. 335 - Centro
Fundo Municipal de Saúde

Pregão Presencial (SRP) nº: 029/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHO DE MAMOGRAFIA DIGITAL.
Licitante:
CNPJ:
Endereço:

Declaramos que na condição de representante comercial técnico ou filial estabelecida no (endereço completo da empresa) _____, estamos em condições de prestar todos os serviços referentes à Assistência Técnica, durante o período de garantia. Também estamos em condições de realizar a importação do equipamento e acessórios, a instalação e montagem, comissionamento e treinamento operacional para a utilização do equipamento, referente ao objeto do Pregão Presencial Internacional Nº. 029/2018.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura e carimbo do CNPJ



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 029/2018

ANEXO VII - PROPOSTA DE PREÇOS

À
Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins- TO
Avenida Transbrasiliana nº. 335 - Centro
Fundo Municipal de Saúde

Pregão Presencial (SRP) nº: 029/2018
Processo nº 276/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE MAMOGRAFIA DIGITAL.
Licitante:
CNPJ:
Endereço:

Senhora Pregoeira,
Apresentamos e solicitamos de Vossa Senhoria a apreciação de nossa proposta relativa ao Processo Licitatório em epígrafe, declarando que:
- Temos condições de atender a todos os requisitos estabelecidos no Edital na modalidade Pregão Presencial Sistema de Registro de Preços (SRP) nº 029/2018.
- Manteremos o preço de nossa proposta válida, conforme o edital, com prazo de vigência de 01(um) ano a partir da publicação da Ata de Registro.

ITEM	QTD.	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	01	UND	ESPECIFICAR CONFORME MODELO COTADO			

TOTAL GERAL ESTIMADO: R\$ _____ (_____).

Garantias: No preço ofertado estão incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir quaisquer vantagens, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, fretes, impostos, taxas, encargos financeiros e trabalhistas, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado;

Prazo de validade da proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão.

Prazo de entrega do objeto será de no máximo 30 (trinta) dias úteis, contados da data do recebimento da Nota de Empenho.

Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o bem ser fornecido sem ônus adicionais.



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Banco XXXXXXX número da Conta Corrente XXXXXXXXXXXXX, Agência XXXXXXXXXXXXX, no qual serão depositados os pagamentos caso a licitante sagrar vencedora do certame.

_____ - TO, ____ de _____ de 2018.

Assinatura e carimbo do CNPJ



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 029/2018****ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NºXXX/2018**

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 2018 na sede da Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins, localizada na Avenida Transbrasiliana nº. 335 – CEP: 77.600-000 em Paraíso/TO, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, neste ato representado pela Gestora XXXXXXXXXXXX, inscrita no CPF nº _____ e portadora da CI- RG nº _____ SSP/__, e a Pregoeira **Cristina Sardinha Wanderley**, inscrita no CPF nº _____ e portadora da CI- RG nº _____ SSP/__, em conformidade com os resultados do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 029/2018, PROCESSO nº 276/2018**, devidamente adjudicado e homologado **RESOLVE**, nos termos das Leis Federais nº. 8.666/1.993 e 10.520/2.002, bem como no Decreto Municipal nº 389/2009 e Decreto Municipal nº 260/2016, **REGISTRAR OS PREÇOS** para a **AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE MAMOGRAFIA DIGITAL**, tendo os preços sido ofertados pela(s) licitante(s), cuja(s) proposta(s) de preços foi (ram) classificada(s) como segue:

EMPRESA:**CNPJ:****ENDEREÇO:****TELEFONE:****E MAIL:**

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$

TOTAL GERAL ESTIMADO: R\$ _____ (_____).**1. CONDIÇÕES GERAIS****1.1. Prazo de validade dos preços registrados**

a) O prazo de validade dos preços registrados será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação.

1.2. Condições para Contratação

a) O(s) licitante(s) vencedor (es) e registrado(s), quando convocado(s), terá(ao) o prazo de até de 02 (dois) dias para assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

1.3. Condições de Pagamento

a) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, subsequentes à data de recebimento da nota Fiscal/Fatura;

b) O Setor Financeiro reserva-se do direito de solicitar impreterivelmente a qualquer momento, todas as certidões negativas que comprovem a regularidade fiscal da contratada.

1.4. Das Assinaturas

a) Assinam a presente Ata do Pregão Presencial para Registro de Preços, a(s) empresa(s) abaixo discriminada, através de seu representante legal, juntamente com a Gestora do Fundo Municipal de Saúde e a **Gerenciadora da Ata**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS - em Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins, aos ____ dias do mês ____ de 2018.



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) 029/2018

ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____ / 2018 / FMS

*CONTRATO Nº _____ / 2018 / FMS QUE ENTRE SI
CELEBRAM NA FORMA E CONDIÇÕES SEGUINTEs, DE UM
LADO COMO CONTRATANTE, O **FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE DE PARAÍSO DO TOCANTINS** E DE OUTRO, COMO
CONTRATADA, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.*

CONTRATANTE

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede administrativa à Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, representada por sua Gestora, Sra. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileira, portadora do R. G. nº XXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXXX, residente e domiciliada XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX,

CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nesta Cidade, neste ato representada por seu administrador, xxxxxxxxxxxxxx, portador do R. G. nº xxxxxxxxxxxxxx e do CPF nº xxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado nesta Cidade à Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,

têm justos e certos o presente CONTRATO, com observância e vinculação às normas das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/2002, à adjudicação ocorrida no PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 029/2018, à Proposta da CONTRATADA, bem como à Ata de Registro de Preços nº ____/2018, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato decorre da Adjudicação na forma da Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº. 389 de 19 de junho de 2009 e nº 260/2016, de 16 de março de 2016, e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com observância da Lei Complementar nº 123/2006, originando a Ata de Registro de Preços nº xxxxxx/2018, tudo constante do processo administrativo protocolado e autuado nesta Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins sob nº 276/2018, relativo ao Pregão Presencial (SRP) nº 029/2018, do tipo Menor Preço por Item, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento, pela CONTRATADA, de **um aparelho de mamografia digital**, conforme e especificações constantes no Termo de Referência, anexo II-A do Edital Pregão Presencial (SRP) nº 029/2018 e Ata de Registro de Preços nº ____/2018, partes integrantes deste contrato, independentemente de transcrição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2.1.1. O bem objeto desta aquisição está dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes na ANVISA e do Catálogo Unificado de Materiais – CATMAT, seguindo padrão nacional. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no CATMAT e do Anexo II do Edital Pregão Presencial (SRP) nº 029/2018, prevalecem estas últimas.

2.2. A presente aquisição visa aumentar o acesso e facilitar a realização de exames de mamografia sem a necessidade de deslocamento para outras cidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. O equipamento deverá ser entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, com as especificações do Termo de Referência - Anexo II do Edital Pregão Presencial (SRP) nº 029/2018, na Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado localizado à Rua L 16 nº 232, Setor Interlagos, Paraíso do Tocantins ou outro local indicado pelo setor solicitante, na presença de servidores devidamente autorizados a recebê-lo, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 12:00 e 18:00 horas, na presença de servidor designado em atendimento ao § 8º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.2. A CONTRATADA deverá dar plena garantia de que o equipamento será fornecido de acordo com as especificações definidas na proposta, respeitado o estabelecido no Termo de Referência e Ata de Registro de Preços nº ____/2018.

3.2.1. A CONTRATADA deverá dar garantia de 36 (trinta e seis) meses, imputando-lhe os ônus decorrentes da cobertura dos prejuízos pela entrega em desconformidade com o especificado no Termo de Referência/Proposta, caso não seja possível a troca imediata, tudo a encargo da CONTRATADA.

3.2.2. Assistência Técnica Local.

3.3. Todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento, taxas, encargos financeiros, as despesas de seguros, frete, carga e descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, a utilização de ferramentas, veículos, equipamentos de propriedade da CONTRATADA para a execução do objeto são de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O equipamento será recebido:

a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta;

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

4.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere a alínea “b” da subcláusula 4.1. não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.2. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o serviço, caso esteja em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

4.3. A comprovação da prestação dos serviços será confiada a 01 (um) atestador autorizado pela autoridade competente, que observará o recebimento definitivo após a conferência e comprovação de sua quantidade, qualidade e se os mesmos foram entregues de acordo com o Termo de Referência, bem como do Contrato, sob pena de rejeição dos mesmos, atestando-o em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura.



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O valor total deste instrumento é de R\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXXXX), em conformidade com a Ata de Registro de Preços nº _____/2018.

5.2. O valor total deste contrato será pago através de crédito bancário diretamente na conta corrente em nome da CONTRATADA: Banco _____, agência _____, conta corrente nº _____.

5.3. A CONTRATADA deverá emitir Fatura/Nota Fiscal eletrônica correspondente ao equipamento fornecido, sem rasuras, e o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto devidamente atestado e vistoriado.

5.4. O setor financeiro reserva-se do direito de solicitar impreterivelmente a qualquer momento, todas as certidões negativas e trabalhistas que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1. A vigência deste contrato será de 36 (trinta e seis) meses, devido a garantia sobre o equipamento, podendo ser prorrogado nos limites e condições estabelecidas no art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, respeitando-se o exercício financeiro em relação à Nota de Empenho e declaração orçamentária, conforme Instrução Normativa SADFI nº 001 de 15 de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO E RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos da CONTRATANTE na seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2018:

**FONTE: 004000000/049801000/049890000 NATUREZA DA DESPESA:
449052
FUNCIONAL: 10.302.0004.1191**

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 e Lei nº 10.510/2002 são obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os compromissos assumidos.

8.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas de acordo com as cláusulas contratuais e Termo de Referência.

8.1.3. Receber o equipamento adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas e de acordo com as especificações contidas no Edital e neste contrato.

8.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA em conformidade com o estipulado na Cláusula Quinta deste instrumento.

8.1.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para sua correção.

8.1.6. Publicar a minuta do presente Contrato na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

9.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 e Lei nº 10.510/2002 são obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela CONTRATANTE, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e Ata de Registro de Preços nº ____/2018, acompanhado da respectiva Nota Fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia. Informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ao cumprimento do mesmo.

9.1.2. Fornecer o equipamento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica, na presença de servidor designado na conformidade do § 8º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93. Ainda deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

9.1.3. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, diretas e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.

9.1.4. Manter inalterados os preços e condições propostas.

9.1.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho de suas funções ou em conexão com eles;

9.1.6. Responsabilizar-se pelo uso indevido dos documentos ou materiais eventualmente colocados sob sua guarda pelo CONTRATANTE.

9.1.7. Responsabilizar-se com exclusividade por todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento, taxas, encargos financeiros, as despesas de seguros, transporte, carga e descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, a utilização de ferramentas, veículos e equipamentos de propriedade da CONTRATADA para a execução do objeto.

9.1.8. Em compatibilidade com as obrigações assumidas, manter todos os requisitos, exigências e condições de habilitação e qualificação estabelecidas no Edital.

9.1.9. Substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias, os bens/materiais fornecidos em desacordo com as especificações do Termo de Referência e/ou Edital e seus anexos e respectiva proposta, ou não aprovados pelo CONTRATANTE;

9.1.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, por qualquer forma, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações ou materiais que está obrigada, exceto nas condições autorizadas ou com prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

9.1.11. Atender às despesas e encargos de qualquer natureza com o seu pessoal, necessários à execução dos serviços, responsabilizando-se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho e outras.

9.1.12. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a datada da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.1.13. Atender prontamente a quaisquer exigências da CONTRATANTE, inerentes ao objeto da presente contratação.

9.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.1.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do equipamento, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078, de 1990).

9.1.15.1. O dever previsto na subcláusula anterior implica na obrigação de, a critério do CONTRATANTE, reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo em parte o objeto



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

em que se verifiquem defeitos/incorreções no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data do recebimento.

9.1.16. O equipamento deverá ser instalado e testado posteriormente à entrega, no local indicado, sem ônus ao CONTRATANTE.

9.1.17. A CONTRATADA responsabiliza-se de capacitar, instruir e demais ações aos profissionais que irão manusear o equipamento adquirido.

9.1.18. A CONTRATADA compromete-se a cumprir a garantia de 36 (trinta e seis) meses, conforme Subcláusula 3.2.1. e demais cláusulas, sem ônus ou prejuízo ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização do contrato ficará a cargo das servidoras SARAH MACIEL DA CRUZ, matrícula 4089, como titular, e NIDIA REGANE BORGES, matrícula 14, como suplente, integrantes do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Saúde, designadas para este fim pela Portaria/SEMS/GAB/Nº 14/2017, de 01 de março de 2017 da Secretária Municipal de Saúde de Paraíso do Tocantins, permitindo-lhe livre acesso a todas as informações referentes à execução do objeto deste contrato.

10.2. A fiscalização de que trata a subcláusula anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, em conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Em caso de inexecução total ou parcial deste instrumento, a CONTRATANTE poderá sujeitar a CONTRATADA às penalidades impostas fundamentadamente nos termos da Lei 8.666/93.

11.2. A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com o Município, e será descredenciada do Cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins, pelo prazo de 02 (dois) anos, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais previstas neste contrato, caso:

- a) recusar-se a assinar o termo do contrato ou receber a nota de empenho;
- b) não executar total ou parcialmente este contrato;
- c) deixar de entregar documentação exigida no Termo de Referência ou Edital;
- d) apresentar documentação falsa;
- e) ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
- f) não manter a proposta dentro do prazo de validade;
- g) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

11.2.1. As sanções previstas no “caput” da subcláusula 11.2 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa.

11.2.2. A pena de advertência poderá ser aplicada no caso previsto na alínea “a” da subcláusula anterior sempre que a CONTRATANTE entender que a justificativa de defesa atenua a responsabilidade da CONTRATADA e desde que não tenha havido prejuízo ao erário.

11.2.3. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades previstas pelas subcláusulas 11.2.1 e 11.2.2.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11.2.4. Será aplicada pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os órgãos da Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins, enquanto durarem os fatos do impedimento, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos casos citados nos itens a) a i) da Subcláusula 11.2.

11.2.5. Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as multas fixadas a seguir, sem prejuízo de outras sanções previstas no Edital, neste contrato ou na legislação aplicável à espécie:

a) multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, a título de multa de mora, por dia de atraso do início de sua execução, até o limite máximo de 2% (dois por cento). Acima do limite aqui estabelecido, caracterizará inexecução total da obrigação assumida.

b) multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de sua inexecução total ou parcial, ou ainda, pela recusa injustificada em assinar o contrato;

c) multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento de qualquer obrigação pactuada.

11.2.5.1. O percentual de multa previsto na subcláusula 11.2.5 incidirá sobre o valor atualizado do contrato, tendo como fator de atualização o percentual da taxa SELIC-Sistema Especial de Liquidação e Custódia – que incidirá a partir da data em que ocorrer o fato, até o dia do efetivo pagamento da multa.

11.2.5.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, se for o caso, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada/compensada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE. Efetuados esses descontos/compensações, caso ainda haja saldo devedor, ou inexistentes a garantia e/ou pagamentos devidos pela CONTRATANTE, o valor da multa aplicada deverá ser recolhido junto à agência do Banco do Brasil S/A, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

11.2.5.3. No caso de não pagamento ou recolhimento referido na subcláusula anterior, os valores serão objeto de inscrição em dívida ativa e sua consequente cobrança pelos meios legais.

11.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei 8.666/93, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, de acordo com a Cláusula 12.1.1, ou bilateralmente, quando atendida a conveniência administrativa no interesse do serviço público.

12.1.1. Assegurado o contraditório e a ampla defesa, os motivos para rescisão unilateral do contrato são os seguintes:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) a lentidão de seu cumprimento pela CONTRATADA, levando a Administração a comprovar a impossibilidade de conclusão do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) o atraso injustificado no início do fornecimento;
- e) a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;



Fls.nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a cessão deste contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, não admitidas no presente instrumento;
 - g) o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como a de seus superiores;
 - h) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
 - i) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da Administração;
 - j) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente instrumento;
 - k) a não comprovação do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93.
- m) outros casos citados no art. 78, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

12.2. Em qualquer hipótese de rescisão, à CONTRATADA caberá receber o valor dos fornecimentos executados até a data da dissolução do contrato.

12.3. Ocorrendo rescisão, a CONTRATADA responderá se for o caso, por perdas e danos, cobrados administrativa ou judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS TRIBUTOS E SEGUROS

13.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os ônus tributários, fiscais e encargos sociais resultantes deste Contrato, inclusive os decorrentes da legislação trabalhista e Previdência Social no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO

14.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Reger-se-á o presente Contrato, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e alterações posteriores, pelos preceitos de direito público e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, e, ainda, pelo que consta no Processo Licitatório Pregão Presencial (SRP) nº 029/2018.

15.2. Fica expressamente vedada a vinculação deste Contrato em operação de qualquer natureza que a CONTRATADA tenha ou venha a assumir.

Paraíso do Tocantins - TO, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Contratante

Contratada

Testemunhas:
